

REVISTA JURÍDICA PORTUCALENSE N.º 24

EDITORIAL

Na presente edição da Revista Jurídica Portucalense/Portucalense Law Journal n.º 24, a secção dedicada aos trabalhos de “Investigação Científica” é composta por cinco artigos que foram selecionados segundo as regras do processo de dupla revisão cega por pares, também conhecido como “double blind peer review”, brevemente apresentados nos parágrafos seguintes. Por seu turno, a secção “Varia” integra três estudos e uma resenha de Direito da União Europeia.

Na parte I “Investigação Científica”, no artigo intitulado *DO CASAMENTO ÀS UNIÕES SEM SELO: O alcance social e jurídico dos arranjos familiares no Brasil e em Portugal*, ALDY MELLO DE ARAUJO FILHO apresenta um estudo sobre a natureza jurídica do casamento e das uniões informais no Brasil e em Portugal; estuda a trajetória de reconhecimento do casamento e da união homoafetiva e apresenta uma investigação sobre a atuação do Poder Judiciário na tutela das relações familiares.

No segundo artigo, *Natureza feminina e direitos da mulher na filosofia de Edith Stein*, JUVENAL SAVIAN FILHO investiga o modo como a filósofa conjuga análise fenomenológica e elementos do pensamento medieval, a fim de obter uma nova visão da individualidade humana com especificidades masculinas e femininas não necessariamente decorrentes de aspetos biológicos.

KAMYLLA BATISTA PAULA LEITE apresenta um trabalho sobre a *Aplicação do princípio da função social da propriedade: historicidade, evolução e estudo de caso sob a ótica dos Tribunais Superiores Brasileiros*, em que expõe a posição dos tribunais superiores brasileiros sobre a propriedade e a sua função social.

Segue-se um artigo intitulado *Contrato de subempreitada*, da autoria de RAFAEL SILVA, em que, depois de uma distinção entre a subempreitada de direito público e a subempreitada de direito privado, é feita uma análise do direito de retenção do subempreiteiro.

Completa a secção o artigo de VOLNEY ZAMENHOF DE OLIVEIRA SILVA, intitulado *Os meios adequados de solução de conflitos no sistema tributário brasileiro: Abordagem sobre a possibilidade e o momento da aplicação do instituto da arbitragem nas relações jurídicas que envolvem o fisco brasileiro*, em que é levada a cabo uma reflexão em torno da arbitragem no sistema tributário brasileiro. O autor procura indicar os meios que possibilitam o recurso à arbitragem independente da existência de uma norma geral em matéria tributária, tal como previsto na atual Constituição Federal do Brasil.

Na parte II “Varia”, publica-se um trabalho de ANABELA PAULA BRÍZIDO, sobre *Direitos Humanos, Humanidade e a Metodologia Gineste Marescotti : Uma “legis artis” de cuidar pessoas com idade consentânea com os Direitos Humanos?*. Este tema foi objeto de uma Palestra proferida pela autora, ao abrigo de uma aula aberta no Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas da Universidade Portucalense Infante D. Henrique. Segue-se o trabalho de ANTONIO ROSEMBERGUE PINHEIRO e MOTA & BENIGNO NÚÑEZ NOVO sobre o *Direito à educação*, considerado um direito fundamental, por incluir um processo de desenvolvimento individual próprio à condição humana. DORA RESENDE ALVES apresenta uma *Resenha de direito da União Europeia* com normas da atualidade do Direito da União Europeia, por consulta ao Jornal Oficial da União Europeia. Para finalizar, GERALDO EVANGELISTA LOPES trata das *Medidas de proteção à união de facto* - tema que tem sido objeto de várias discussões no Brasil – procurando através de uma compilação de legislações e de jurisprudência clarificar a situação e contribuir para a segurança jurídica daqueles que escolheram viver desta forma.

Edição e propriedade:

Universidade Portucalense Cooperativa de Ensino Superior, CRL

Rua Dr. António Bernardino de Almeida, 541 - 4200-072 Porto

Email: upt@upt.pt